

# HISTORIOGRAFIA E CULTURA HISTÓRICA NO PENSAMENTO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Wilson de Sousa Gomes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como objeto de interpretação a obra: “*A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*”, de autoria de Fernando de Azevedo [1943] (1963). Ao problematizar as categorias de moderno e tradicional, utilizamos da interpretação bibliográfica como ação metodológica. Centrado na historiografia do século XIX, em intelectuais da Alemanha, França e Brasil, o autor refletiu sobre o passado para construir um projeto de nação moderna. Pensador de grande envergadura trabalhou com os conceitos de civilização e cultura para sintetizar o Brasil e desenvolver uma perspectiva de memória e história enquanto elemento estruturante da identidade nacional. Negativando o passado colonial, apresenta uma posição descritiva sobre o presente e otimismo sobre o futuro. Objetivo é localizar o autor na tradição do pensamento social / educacional brasileiro e compreender a importância de Fernando de Azevedo para a historiografia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernando de Azevedo, Educação, Historiografia, Cultura histórica

**ABSTRACT:** The article has the object of interpretation the work: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, by Fernando de Azevedo [1943] (1963). To problematize the categories of modern and traditional culture, we use the literary interpretation as methodological action. Setting out from the historiography of the 19<sup>th</sup> century and German, French and Brazilian intellectuals, the Azevedo studies reflected on the past to build a modern nation project. One of the most prominent thinkers, worked with the concepts of civilization and culture to synthesize Brazil and develop a memory and history perspective as a structural element of national identity. His studies say about the negative character of the colonial past, and it presents a descriptive position about present tense and optimism to the future. The aim is to locate the author in the tradition of Brazilian social / educational thinking and understand the importance of Fernando de Azevedo for the Brazilian historiography.

Keywords: Fernando de Azevedo, Education, Historiography, Historical Thinking

Fernando de Azevedo nasce no dia 02 de Abril do ano de 1894 no município de São Gonçalo do Sapucaí no Estado de Minas Gerais e vem a falecer em Setembro do ano de 1974, em São Paulo na capital. Filho de Francisco Eugênio de Azevedo e Sara Lemos Almeida de Azevedo. Sua mãe veio de uma família de comerciantes de Minas Gerais, tinha uma condição socioeconômica modesta; o pai, viera de uma família rica do Estado do Rio de Janeiro, ligada

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO (2015). Docente de Teoria e Metodologia da História na Universidade Estadual de Goiás. Desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atua no campo da Teoria da História, Historiografia, Cultura e Educação.

a atividade industrial e proprietária, nas palavras do próprio Fernando de Azevedo,<sup>2</sup> de uma Quinta, vizinha a Quinta da Boa Vista, onde vivia o Imperador D. Pedro II.<sup>3</sup>

Fernando de Azevedo teve uma formação jesuítica sólida, estudou grego, latim, eloquência e poética. Apesar de ingressar na companhia de Jesus, após três anos de recolhimento no colégio São Luis, no município de Itu em São Paulo, percebe que não teria vocação para a vida religiosa. Tenta ingressar na Escola Naval e no Itamarati, depois de algumas tentavas frustradas segundo Helena Ibiapina Lima (s/data), acaba por tomar outras direções.<sup>4</sup> Com isso, matricula-se no Curso de Direito onde “cursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo”. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d]) Entre o início e o fim de seu curso, retorna à Minas Gerais, onde inicia as atividades de jornalismo e retorna ao magistério que iniciara na sua experiência na Companhia de Jesus.

Aos 22 anos, professor substituto de latim e psicologia no Ginásio do Estado em Belo Horizonte; de latim e literatura na Escola Normal de São Paulo; de sociologia educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo; catedrático do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Professor emérito da referida faculdade da USP. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d])

No Estado de São Paulo, desenvolve a primeira pesquisa sobre a situação da educação no país, colaborando com o jornal “O Estado de S. Paulo”.<sup>5</sup> Participa do movimento reformador da educação pública no início do século XX. Entre os anos de 1927 e 1930, promoveu uma grande reforma educacional no Rio de Janeiro, antiga capital da República. Defendeu a extensão do ensino para todas as crianças em idade escolar e a articulação de todos os níveis e modalidades de ensino – primário, técnico profissional e normal. Funda a Biblioteca Pedagógica Brasileira em 1931. No ano de 1932, redigiu e lançou, junto com outros educadores e intelectuais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (Cf. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Dono de uma vasta obra,<sup>6</sup> vive nos anos de 1920 e 1930 momentos marcantes de sua carreira. Nesse período de grandes disputas políticas e econômicas, estavam em jogo os

---

<sup>2</sup> Ver: AZEVEDO, 1971.

<sup>3</sup> Sobre a biografia completa ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [s/d]

<sup>4</sup> Ver LIMA, [s/d].

<sup>5</sup> Ver ROCHA, 2004, p. 107.

<sup>6</sup> Da educação física, seguido de Antinous Estudo de cultura atlética e a evolução do esporte no Brasil (1920); No tempo de Petrônio (1923); Ensaios: Crítica para o jornal O Estado de S. Paulo (1924-1926); Jardins de Salústio - À margem da vida e dos livros, ensaios (1924); Páginas latinas, ensaios (1927); Máscaras e retratos Estudos críticos e literários sobre escritores e poetas do Brasil (1929); A reconstrução educacional no Brasil (1932); A educação na encruzilhada Problemas e discussões. Inquérito para O Estado de S. Paulo (1926); Novos caminhos e novos fins: A nova política da educação no Brasil (1935); A cultura brasileira (1943); Canaviais e

interesses regionais e culturais de diversos grupos que concorriam para ter o domínio político ou mesmo a sua manutenção. Nesse contexto, há a quebra da política do café com leite e, embora Júlio Preste chegue à presidência da República, sofrerá um golpe movido por lideranças opositoras que colocam Getúlio Vargas no poder. Com isso, a Revolução de 30 se instaura e, de certa forma, ameniza os conflitos entre os grupos agrícolas e industriais. O governo entra em cena, agindo dentro das relações econômicas para equilibrar as disputas e estabelecer a necessidade de haver investimentos e criação das indústrias. (Cf. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Como diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, promulgou o Código de Educação no ano de 1934. Nessa data participa da fundação da Universidade de São Paulo. Visto como intelectual extremamente crítico buscou mudar a mentalidade da sociedade no que se refere ao papel da escola na vida social. Ajudou a colocar a educação como prioridade na agenda nacional, tornando-se um homem comprometido com a educação. Sendo assim, ajudou a colocar a educação como prioridade na agenda nacional, tornando-se um homem comprometido com a educação e com a sociedade ao defender que deveriam ser oferecidas as mesmas oportunidades, contribuindo para a construção do país. Para Nelson Piletti (1994) Azevedo foi um pensador e um “homem extremamente organizado e meticuloso”, “obcecado pelo trabalho”, “obstinado”, um “homem de pensamento, para quem nada do que é humano era estranho”. Uma “das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno”. (PILETTE, 1994.)

Com Fernando de Azevedo, pela primeira vez é afirmado em alto e em bom som “que é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa, as quais são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade”. (FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d]) Devoto do passado, com “sensibilidade ao encanto que se aspira de idades antigas”, “interesse pelo presente, atração pela ciência e pela técnica e o desejo de contribuir, em amplas reformas”, constrói obras e desenvolve ações de grande importância para a nação (AZEVEDO, 1963, p. 21). Em sua obra *A cultura brasileira:*

---

engenhos na vida política do Brasil Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar (1948); A educação e seus problemas (1937); As Ciências no Brasil (1956); Princípios de sociologia (1958); Sociologia educacional (1959); Um trem corre para o oeste Estudo sobre a Noroeste do Brasil e seu papel no sistema de viação nacional; Na batalha do humanismo Aspirações, problemas e perspectivas ; A educação entre dois mundos Problemas, perspectivas e orientações (1958); Figuras do meu convívio, ensaios (1961); A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios (1962) e História da minha vida, memórias (1971). (FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

*introdução ao estudo da cultura no Brasil* [1943], mergulha na História e no campo historiográfico.

Nela o autor

[...] assume uma visão marcadamente nacionalista dos problemas do Brasil. Nesse trabalho, elogia o “espírito nacionalista” da Constituição de 1937, que institucionalizou a Estado Novo no país e deu poderes ditatoriais ao presidente Getúlio Vargas. A Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas, havia, de fato, dado impulso à reforma do ensino no Brasil, a começar pela criação do Ministério da Educação e Saúde. Mas, a despeito dos elogios feitos em seu livro, Fernando de Azevedo criticou severamente o então ministro da educação, Gustavo Capanema, por ter dado ao curso secundário um caráter elitista. Inspirado na reforma educacional realizada na Itália fascista por Benito Mussolini, Capanema deu nova direção ao curso secundário, agora voltado para a “formação de personalidades condutoras”, ou seja, de elite, e organizou um currículo baseado em humanidades, repleto de línguas como latim, grego e francês. FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO, [s/d])

Como é fácil notar, Fernando de Azevedo se mostra um pensador consciente, reconhecendo os pontos positivos e negativos de uma ação política. Para o autor, conhecer a cultura do Brasil, no seu sentido amplo, possibilitaria oferecer a chave para a resolução dos problemas nacionais. Logo, observa a necessidade de alterações no campo da educação nacional. Vê a necessidade de uma educação que atenda os anseios do meio no qual está inserido. Sendo assim, a escola serviria para atender as necessidades universais do indivíduo e não somente “aquela que ministra uma cultura geral comum e põe ao alcance de todos as suas vantagens”. A educação, por via da escola (um elemento da sociedade moderna), deveria satisfazer as exigências sociais e as “necessidades e aptidões individuais”, atendendo as variedades e “necessidades “específica” dos grupos e dos *habitats*”.<sup>7</sup> Essas foram uma das prioridades do autor na sua luta no campo político.

Para Fernando de Azevedo a educação e a escola assumem a função transformadora da realidade. Acreditava-o ser a educação o meio de afirmação das perspectivas político-cultural de formação do cidadão. Com isso, a obra: *A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil* [1943] é definida pelo autor com “uma obra de visão panorâmica, por uma larga investigação da sobre a cultura no Brasil”. A cultura tomada no sentido amplo em que referenciava “aspectos morais e intelectuais da civilização”. Em suas palavras: “como Humboldt e mais recentemente Burckhardt”, cultura definida enquanto “brilho aos costumes e

---

<sup>7</sup> Ver AZEVEDO, 1970, p. 138-149.

às instituições”. Aquilo que desabrocha inteligência e virtude transformando os homens em seres mais humanos (AZEVEDO, 1963, p. 21).

Produção resultante de uma pesquisa encomendada pelo governo de Getúlio Vargas, seria a introdução ao Censo de 1940. Ao fim, o livro ganha um caráter monumental e historiográfico demonstrando o Brasil aos brasileiros.<sup>8</sup> A obra traz um “retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização” (AZEVEDO, 1963, p. 21). Em nosso pensamento, sua produção se configura como um legado no campo das Ciências Humanas e Sociais. A afirmativa tem como pressuposto que Fernando de Azevedo oferece

Um dos primeiros estudos a consagrar a centralidade dos fatores econômicos e sociais para a formação da cultura, deslocando a importância ainda atribuída à raça e ao meio físico. Descreve o processo de ocupação do território, define suas fronteiras e aponta os recursos disponíveis para a construção de uma poderosa nação. Também identifica os elementos culturais que estavam transformando o país em uma sociedade moderna, nos moldes ocidentais (CAMARGO, 2009, p. 02.)

Com uma concepção “clássica, francesa e alemã, de cultura”, assenta sua base argumentativa nos enunciados de Humboldt, onde entende o conceito de cultura distinto do conceito de civilização. Entende a cultura como um estado “moral intelectual e artístico” em que os homens sabem se elevar “acima das simples considerações de utilidade social”. Uma sociedade que quer se preservar e manter sua existência, assegurando o “seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais” (AZEVEDO, 1963, p. 37).

A partir desses pressupostos percebe-se o esforço de Fernando de Azevedo em nos colocar diante de “uma análise e interpretação social da cultura brasileira”. Ao investigar a cultura, apresenta a situação educacional do Brasil e propõe uma visão de educação “que, atrelada a certas concepções correntes da época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma História da Educação Brasileira [e cultura brasileira]” (XAVIER, 1998, p. 02). O autor em sua obra ainda defende a relação “entre intelectual e o poder constituído”. Em um momento em que a sociedade brasileira passa por

---

<sup>8</sup> Ver XAVIER, 1998. Para a autora A autora, a obra é um documento/monumento. Defende isso a partir dos apontamentos de Le Goff. Apresenta que a obra divulga uma visão de educação “que, atrelada a certas concepções correntes da época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma História da Educação Brasileira” (XAVIER, 1998, p. [02],). A obra ainda revela a relação “entre intelectual e o poder constituído”, a educação e o campo políticos institucionais entre as décadas de 1930 a 1940 tornando-se um monumento da cultura nacional.

inúmeras mudanças importantes, com certa celeridade do desenvolvimento urbano brasileiro, o intelectual tinha cada vez mais participação efetiva na vida política do país.

Logo, *A Cultura Brasileira* constitui um “produto da atividade de interpretar o Brasil” (AZEVEDO, 1963, p. 21). Pensada em proporções gigantescas, o projeto previa a publicação de 15 volumes, nos quais cada especialista, em suas áreas específicas, daria sua contribuição, possibilitando dessa forma contemplar a diversidade cultural, geográfica, social, histórica, etc. do Brasil. O sonho de grandeza realizou-se parcialmente “com a publicação de *As Ciências no Brasil* [...] que constitui o desenvolvimento do capítulo IV – ‘A Cultura Científica’” (XAVIER, 1998, p. 03). No livro “*As ciências no Brasil, de 1956*, o autor analisa o processo de implantação da ciência no país e os obstáculos a seu desenvolvimento, consagrando uma interpretação que perdura até hoje”. (CAMARGO, 2009, p. 02.) Embora incompleta, por não contemplar todas as áreas do conhecimento como atesta Azevedo,<sup>9</sup> a obra demonstra o olhar cuidadoso na lida com os dados, às intenções do governo e do autor.

Erigir a si próprio transforma a obra em “um monumento do desenvolvimento científico no Brasil” coloca a produção de Fernando de Azevedo em um lugar de apropriação dos leitores,

Que ora se apropriam de suas matrizes interpretativas, ora a (des) qualificam em função de esta ter sido gerada para atender a uma demanda do governo ditatorial do Estado Novo, ora a tomam como objeto de análise (XAVIER, 1998, p. 02).

Posicionando ao lado dos que defendem a importância da obra e do autor no pensamento social e na historiografia nacional, compreendemos que a política do Estado Novo provocou mudanças que marcaram nossas vidas,

Elas [as mudanças] se enraizaram em muitos setores da vida cultural, social, econômica e política do país. No caso da educação, por exemplo, podemos detectar um fenômeno interessante. Muitas das decisões a respeito do funcionamento do sistema educacional tiveram sua concepção no Estado Novo. A educação contém, assim, muitos dos ingredientes para que recomponhamos aquela atmosfera. Mas, em sentido inverso, a educação acabou sendo um flagrante do quanto estamos distintos e distantes daquela mesma atmosfera (BOMENY, 1999 p. 139).

No Estado Novo, queriam formar um “homem novo para um estado novo”, onde uma elite intelectual resolveria os variados problemas presentes na nossa sociedade. Nessa lógica, o intelectual ganhou a função de produtor de cultura. Promovendo a circulação e organização da cultura, do “domínio espiritual: criador de valores e de bens espirituais, com que instaura

---

<sup>9</sup> Essa ideia está posta no prefácio da quarta edição. Ver AZEVEDO, 1963, p. 23-24.

um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende” a organização da sociedade de forma e disseminar “pontos de vistas espirituais” onde a cultura reúne as suas manifestações “filosóficas, e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de aperfeiçoamento” ideais e valores mais nobres e fecundos da sociedade que quer expressar sua civilidade (AZEVEDO, 1963, p. 38).

Com essa pequena narrativa/descrição, apresentamos o ponto de vista adotado por Fernando de Azevedo em sua obra. Para o autor, escrever sobre a civilização e cultura do Brasil constituiu uma empresa tentadora. Dispor de forma metódica as partes de um todo, “[...] ainda que em esboço, um retrato de corpo inteiro do Brasil, uma síntese ou um quadro de conjunto de nossa cultura e civilização. [Por mais] que podia apresentar de sedutor, tinha também de árduo e trabalhoso”. Um livro que descrevia e explicava o Brasil à nação, ao mesmo tempo se formatava como um “produto da atividade de interpretar o Brasil” (AZEVEDO, 1963, p. 21).

Desenvolvido e executado em dois anos, o “[...] livro tem a sua história, simples e obscura ou agitada e brilhante” que devido às circunstâncias, nas palavras do autor, cumpre com o dever de “servir ao” país,

[Tornando-o] mais bem compreendido, por uma imagem tão exata quanto possível de sua cultura, desde suas origens até o estado atual, nos seus fatores, em suas múltiplas manifestações e nos seus sistemas de transmissão, é esse um destino feliz que, satisfazendo a um autor exigente, não poderia deixar de contentar [...]. [Tendo] duas edições sucessivas, em português, a de 1943 e a de 1944, tão rapidamente esgotadas [...] a que se publicou em inglês, [...] a edição em espanhol, em provas de página; o interesse de grandes empresas editoras, italianas e alemãs, em promover-lhe a tradução para essas línguas (AZEVEDO, 1963, p. 23).

Concordando com Libânea Nacif Xavier (1998, p. 02), a obra é um grande documento da cultura, da historiografia e educação nacional. Estruturada em um monumento de grandes proporções, Fernando de Azevedo trabalhou os conceitos de civilização e cultura; ciência e educação, para entender a História e Cultura do Brasil. Organizada em três partes, a obra se estrutura na primeira parte com discussões sobre os conceitos de Miscigenação, Nacionalidade, colonização, desenvolvimento da indústria pelo Estado Novo, História das cidades (com destaque para o seu papel), entendida “como foco de progresso e de civilização – na formação da cultura nacional” (XAVIER, 1998, p. 04).

Na segunda parte, entram em relevo as modalidades de “cultura: literária, artística e científica do país”, com destaque para a história das instituições culturais nacionais do

período colonial ao século XIX. A terceira parte constitui o núcleo de defesa de Azevedo sobre sua história da educação brasileira. Na *Transmissão da Cultura*, por meio de uma narrativa que reúne o conceito de memória e história, o autor mantém a “estrutura cronológica evolutiva”. Pontua o movimento de renovação educacional, critica o federalismo e a “[...] descentralização político-administrativa, adotada com a implantação do regime republicano” considerando tal fator como “forte obstáculo para a constituição de um sistema de ensino unificado”. Nesse momento chama a atenção para a sua interpretação, pois, em sua perspectiva, o sistema educacional de ensino seria o ponto de chegada de sua análise (XAVIER, 1998, p. 04).

Fernando de Azevedo em sua interpretação centra os argumentos na

Idéia (sic) de que a evolução de nossa história e a história de nosso sistema de educação também partem da dispersão e do fragmentário e vão evoluindo rumo à unidade e à racionalidade. [...] Esta idéia (sic) se desdobra na defesa de uma política educacional montada a partir de um plano orgânico e articulado, elaborado com base em parâmetros científicos. Daí a intenção em conhecer e tornar mais conhecida a realidade nacional para, em seguida, interpretá-la e, só então, no momento oportuno, traçar um plano de intervenção (XAVIER, 1998, p. 05).

Defende que por meio do estudo científico da educação é possível desvendar a realidade e promover estratégias de intervenção social. Para Azevedo, a obra ganha importância e relevância não pelo contexto e origem de produção, mas pelo seu conteúdo que explica o Brasil e traz uma “história, simples e obscura ou agitada e brilhante” e que cumpre seu destino de produzir um “conjunto de informações e argumentos interpretativos” sobre a cultura nacional. O livro que o autor nunca pensou em escrever, que ganha diversas traduções sendo apontado como “uma das dez obras fundamentais de nossa literatura de todos os tempos” (XAVIER, 1998, p. 05-06).

Azevedo não toma o fator da miscigenação como fez Gilberto Freyre, ou da identidade nacional por via do nativo como Mário de Andrade para definir a cultura brasileira. Ele persegue uma síntese totalizante. Síntese que buscava apreender a alma ou mentalidade coletiva. Quer apontar o fator em comum da formação nacional e na diversidade das regiões brasileiras, o fator de unidade, os séculos de cristianismo, a “influência portuguesa, preponderante na interpretação dos elementos indígenas e africanos” (AZEVEDO, 1963, p. 24).

Adotando o conceito de cultura e civilização; ciência e educação, Azevedo desenvolve suas estratégias de interpretação entendendo que a História é ciência perspectivista, que não toma uma verdade como sendo única ou absoluta, partindo da ideia de que todo conhecimento

histórico é uma interpretação da realidade feita por sujeitos que estão situados dentro de um tempo e espaço, como defende Adam Schaff (1995). Nosso autor, nas décadas de 20 e de 30, pensa uma educação que se reestruture em novos moldes. Defende uma escola voltada para a pesquisa e aprimoramento cultural do povo. Para Mota (1994), Azevedo por excelência é o responsável pela difusão e estabilização do conceito de cultura brasileira. Ele acreditava que através de uma escola pública, laica e obrigatória de cunho nacionalista, mudaria a nossa postura cultural e educacional do povo brasileiro.

Ainda com C. G. Mota (1994, p. 80), o grupo dos Pioneiros da Educação de 1932 são, sobretudo, “progressistas para os horizontes mentais de então” devido à organização escolar e universitária vigente naquele momento e, posteriormente, com as reformas de Capanema, existe a formação de uma elite aristocrática ligada ao café e, mais uma vez, um grupo de bacharéis que pertencem aos quadros da elite intelectual universitária e política. No período de 30, uma elite que se esconde atrás dos títulos de bacharéis conduz as rédeas do país. Fazendo uma analogia com o período colonial, os jesuítas através de uma base linguística, religiosa e cultural, legitimavam a fé católica e a obediência à metrópole portuguesa, estabeleciam uma educação de princípios escolásticos em uma perspectiva essencialista e intelectualista, desvinculada das questões de ordem prática e social. (Cf. AZEVEDO, 1963)

Os dominados de modo geral ficavam com um ensino voltado para o aprende a ler, contar e escrever. Agora, no contexto de 30, a escola trabalha uma educação para a classe dominada na formação técnica e mecânica para a instrução e execução do trabalho industrial. Enquanto isso, a elite frequenta os bancos das universidades para mais uma vez se firma no topo do poder, legitimando a dualidade de dominados e dominadores. Nesse dilema o grande projeto de Fernando de Azevedo

Seria, nesta linha, a elaboração e aplicação de um plano de intervenção social visando despertar o país de feitio rural e assentado, portanto, em forças inativas e adormecidas, para transformá-lo em civilização urbano-industrial, dotada de grandes centros de cultura (as cidades), sendo estas detentoras de um sistema organizado de transmissão da cultura (as instituições de ensino) e capazes, por seu próprio ritmo e movimento, de fazer emergir “as capacidades latentes e dispersas na população [...] operando assim como fatores poderosos no processo de unificação da vida nacional” (AZEVEDO, 1964, p. 156 apud XAVIER, 1998, p. 08).

A autora aponta que na terceira parte da obra Azevedo reclama a ausência de um sistema de ensino nacional unificado. Valoriza a época colonial por reconhecer no período jesuítico uma ação cultural unificadora, de uma unidade nacional. E pela cultura nacional está inserida na tradição a cultura ocidental. “Como podemos observar, insistindo em analisar cada

contexto histórico a partir do que deveria ter sido feito em matéria de organização do ensino, no sentido da formulação de um sistema nacional, Azevedo traça e retraça as bases de um projeto modernizador” (XAVIER, 1998, p. 09).

Por essa perspectiva,

O movimento de renovação educacional é apresentado como o marco que dá a chave para delimitar o que se considera passado, para demarcar as grandes questões do presente, e, finalmente, para definir o que se aponta para o futuro. Por este motivo é que a interpretação do passado é feita com base na negatividade, enquanto que a descrição do presente se faz por meio da apresentação de projetos em andamento, considerados capazes de preparar a entrada do Brasil no rol das nações civilizadas. Mas, especialmente quando descreve sua própria atuação no campo educacional é que a narrativa do autor ganha um tom de positividade (XAVIER, 1998, p. 09).

Getulio Vargas, em seu projeto centralizador, utiliza dos intelectuais e técnicos para obter o maior número de informações. Para isso, o IBGE tinha a função de dar a maior quantidade de informação para que assim o governo pudesse agir com o máximo de racionalidade. Por sua vez, sobre Azevedo,

Ele próprio [foi], um criador da representação do campo educacional como um campo de saberes específicos fundado no conhecimento científico e integrado no conjunto das ciências humanas. Azevedo procurou ampliar as fronteiras deste campo, estabelecendo relações entre o campo teórico-científico e o campo político-institucional, este último potencial provedor da aplicação prática dos saberes produzidos pela elite intelectual em um projeto político-pedagógico que acreditava ser possível trazer a modernidade à nação através da organização dos sistemas de ensino (XAVIER, 1998, p. 13).

Isso para romper com uma mentalidade ruralista a aristocrática. Para Ferreira (1994), na colônia havia conteúdos específicos para os índios e para a elite, pois os segundos iriam frequentar os bancos das universidades portuguesas e os primeiros, no máximo, seriam escravizados. A coroa portuguesa firmava o programa para estabelecer a Ordem das desigualdades. Já no período de 30 é o governo personalista e autoritário quem determina o programa que a escola desenvolverá para a classe subalterna. Nesse momento, mesmo não sendo mais “escravizado” oficialmente, a formação dos trabalhadores das indústrias visa atender as exigências lucrativas da burguesia em ascensão.

Seguindo esse aspecto, a educação da classe subalterna do período de 30 não passou de instrumento de legitimação da estrutura social burguesa, dentro de uma ordem que é estabelecida como natural. Com o objetivo de ajustar a sociedade de modo uniforme, o poder usa de um conjunto simbólico de ideologias que controlam a coletividade, construindo uma

ordem e um sentido imediato do mundo, para lembrar Pierre Bourdieu (2001) A cultura dominante faz uma contribuição para que as criações do governo ou da classe alta estejam estabelecidas em ordem para que molde a consciência dos dominados, legitimando seu domínio sem distinção entre dominados e dominadores. O poder simbólico é invisível, mas se materializa através das instituições para domesticar os dominados, ou a fração envolvida nas lutas de vida cotidiana.

Então, no Brasil, a estrutura educacional (em um processo de longa data) apresenta-nos como uma estrutura estruturada como defende Bourdieu (2001). Quem compunha os cargos da elite na colônia eram os eruditos, já no império os bacharéis, bem como na República. Não estamos colocando a educação como a vilã das diferenças sociais, apenas entendemos que a educação se torna um privilégio de poucos e que o acesso e as condições são diferenciados na ordem de dominados e dominadores. O problema não está na educação e sim nos que a organizam. Esses estabelecessem a lógica da dominação e dos privilégios a quem pode mais, neste caso a elite.

Quanto menor a relação do indivíduo com uma educação formal e científica do mundo, menor é a sua percepção das máscaras ideológicas do poder. O indivíduo não consegue distinguir ou compreende os traços da cultura dominante com a cultura dominada. As respostas dadas de modo mecânico formam uma mentalidade controlável e, controlar é sinônimo de dominar. Dominar a mentalidade é

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedade histórica. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

O trabalho de interpretação da mentalidade e da sua permanência na sociedade nos possibilita perceber os traços tradicionalistas de um passado estruturado. Assim, trabalhando com a permanência da mentalidade colonialista, encontra-se na cultura e na educação o foco de manipulação por parte dos dominantes. Na intenção de controlar a cultura de um povo, transformar verdades em mentiras e mentiras em verdades, se criar meios para romper com aquilo que supostamente é real. Em Sergio Buarque de Holanda (1995), na década de 1930, um conjunto de fatores perpetua a mentalidade colonialista de verticalizações das relações sociais. Uma admiração estonteante do que vem da Europa e uma característica cordial marcante na personalidade cultural do brasileiro que, cheio de ornamentos por fora e vazio de sentido e de cultura por dentro, necessitava de dar um novo sentido à cultura.

Nessa perspectiva é que a obra de Fernando de Azevedo [1943] torna-se um documento importante. Pois apresenta a cultura nacional, seus vícios e continuidades que devem ser rompidas ou abandonadas para que o Brasil entre no rol das nações civilizadas. As instituições educacionais de 30 se apresentavam como “modernizantes”, mas no fundo tinham o “problema não mais do que qualificar tecnicamente a mão-de-obra para a indústria e urbanização florescente”, adaptando as massas ao seu novo posto, que era o de ferramenta para a manutenção das ordens de classe (MOTA, 1994, p. 79).

Mesmo Fernando de Azevedo

Elogiou largamente a preocupação que a Constituição de 1937 tivera para com o ensino profissional, declarando ser ela a mais democrática das constituições em matéria de ensino. Não atentou, porém, o mestre para esse pormenor, de suma importância para a compreensão da evolução do sistema do ensino no Brasil, sobretudo do ensino profissional (ROMANELLI, 2010, p. 156).

Ao não observar a oficialização, o ensino profissional, “como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos, estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social através da educação” (ROMANELLI, 2010, p. 156). Fernando de Azevedo não percebeu um Estado autoritário e personalista que utiliza de tudo e de todos para os seus fins. Segundo Ferreira (1994, p. 164), a Era Vargas com a Constituição de 34 e a de 37 retira o conteúdo democrático dos pioneiros da educação e estabelece um sistema de educação extremamente técnico, mecânica e instrumental, que seria absorvido pela então indústria em ascensão.

Com o Estado Novo a educação assume a sua função de reproduzir a ideologia de estrutura de classe, o ensino profissionalizante das classes baixas para serem absorvidos na indústria. É a escola formando contingente para a atuação na indústria e as universidades formando os eleitos da burguesia para assumirem os postos de comando da política, economia e etc. Segundo Ferreira *apud* Vargas (1938), essas medidas são defendidas como necessárias e eficazes para o equilíbrio da economia nacional. Sendo assim, é mantida uma escola para a elite com toda a formação humanista e holística de um futuro acadêmico com o título de bacharel, o qual assume os postos de mandos, sendo, portanto, os dominadores. Em contrapartida, existe outra escola para as classes baixas: uma escola limitada à aprendizagem do ler, escreve e contar, que depois passa a ser profissionalizante. Trata-se da “profissionalização da escola para as classes pobres”.

Os alunos dessa segunda escola não irão frequentar os bancos das universidades e tampouco assumir os postos de comando. Serão operários e definidos como mandados, ocupando a posição de dominados. Perante isso, a lógica colonial apontada por Fernando de Azevedo (1963) ganha força e lucidez. O dualismo é perpetuado em uma cultura e educação dos que mandam e dos que obedecem, sendo esses fatores arraigados na cultura e na educação brasileira. Com tais fatos a educação é um instrumento para mudança de comportamento, como defendiam os gregos, ou algo libertador na concepção dos iluministas. Contudo, se utilizada de forma perversa, consegue realizar as vontades do mundo exterior, instrumentalizando os indivíduos participantes desse processo. Ou seja, o ganho de certo domínio intelectual e técnico de determinados conhecimentos ‘instrui’ o indivíduo em supostas dificuldades mecânicas que será de aplicabilidade em suas relações com a sociedade e o mundo, porém isso não trará a liberdade e autonomia necessária para que ele venha agir criticamente, tornando-se uma simples ferramenta.

Assim, com o estado personalista e burguês, há uma educação que apenas instrui o indivíduo para atuar na indústria. Seguindo essas ideias,

A educação corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social, caráter, implicando uma concepção de mundo ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática (LIBÂNEO, 1994, p. 23).

A educação tem como marco a instrução dos indivíduos para que vivam em sociedade e desenvolvam as capacidades cognitivas que lhes auxiliem diante da realidade. Nisso ela terá dois sentidos: uma voltada para a liberdade, à autonomia e conscientização crítica. Como aponta Fernando de Azevedo,<sup>10</sup> uma educação universal e específica, que atenda às necessidades dos sujeitos. O outro sentido é fazer com que o sujeito, em uma relação com o saber, desenvolva o fazer, se percebendo como um simples instrumento mecânico e manipulável. Essa segunda relação apontada é importante em parte, entretanto não totalitariamente preponderantes e suficientes. Seguindo as ideias de Ferreira (1994), a sociedade capitalista suprime o indivíduo que está inserido dentro dela própria. O saber sem sentido e o fazer por fazer ganham notoriedade e esvaziam a cultura a ponto de aparecer às coisas como dados naturais e não criados e construídos pelos indivíduos. O Estado assume a postura de democrático e igualitário através de um discurso vazio que ludibria os que não têm

---

<sup>10</sup> Ver AZEVEDO, 1970, p. 138-149.

conhecimento dos seus reais interesses, que naquele momento era o de uma educação operária diferente da educação da elite, a qual tomaria as rédeas do país.

As exigências sociais superam as do sujeito. Percebemos isso dentro das relações instituídas pelo Estado e que, novamente afirmamos: está na divisão social e é algo cultural e transmitida dentro de uma ótica tradicional voltada para dominadores e dominado. No governo de Vargas, como afirmamos acima, retiram-se os conteúdos democráticos da pedagogia nova e integraliza-se a política trabalhista com o controle social, conciliando o pensamento conservador com o progressista. Continua uma cultura bacharelesca no topo da pirâmide e uma “nova” cultura operariada de interesses particularistas servindo as necessidades da indústria.

Desse modo, os apontamentos feitos por Fernando de Azevedo e os pioneiros da educação ficam em segundo plano enquanto o Estado Novo, junto com a classe burguesa, estabelece uma educação de acordo não com a democracia e sim com a lógica capitalista. Diante dessa discussão, entendemos que o desenvolvimento educacional do período de 30 cria forças com o estado autoritário e legitima a sua dominação e a permanência da lógica dualista entre governados e governantes. Por tais perspectivas, é possível perceber um pensamento pessimista em que a educação é historicamente usada pelo poder vigente para manipular as relações sociais a seu favor, as diferenças e as ações perpetuam à lógica da dominação, produzem desequilíbrios que vão desde o uso da linguagem até as construções de símbolos e de formas de representações que permitem aos dominados verem apenas aquilo que eles podem ver.

Esse fator acaba por ser incorporado na cultura e na realidade social, pois é a ótica tecnicista e formalista que educa os indivíduos para que não manifestem quaisquer princípios contrários à ordem vigente. De outra forma, tornam-se perseguidos e mal visto pelos que legitimam sua exploração e manipulam o poder em favor de uma elite erudita e descompromissada com as questões sociais. Segundo Nildo Viana (2003, p. 73), o saber é transmitido dentro dos anseios dos dominadores, o que por sua vez tem um efeito letal. Isso porque os valores contribuem para que as lutas por reivindicação sejam amortecidas e os envolvidos no jogo do poder entre dominados e dominadores sejam corrompidos, fazendo com que as lutas que poderiam fazer transparecer as amarras que tiram à liberdade do indivíduo fiquem camufladas.

A ideia de Fernando de Azevedo de mudar a cultura pela escola é legítima e plausível. A pedagógica democrática dos pioneiros de 32 estabelecia um ensino que não preparasse

apenas para o saber e sim, para o conhecer. Entretanto, a lógica burguesa não aceita o nivelamento entre as culturas e estabelece que apenas o seu grupo pode estar no poder, perpetuando a mentalidade dos dominados e dominado

Com isso, defendemos que Fernando de Azevedo é um autor atual e importante por ser um agente histórico produtor de uma obra carregada de concepções acerca “do papel dos intelectuais e da educação” (XAVIER, 1998, p. 01).

Tal opção conceitual conduz a análise e interpretação da cultura brasileira pelos caminhos da história das instituições formais de ensino e de suas respectivas formas de promover a transmissão da cultura. Na interpretação do autor, portanto, constituem elementos privilegiados os homens de artes e de letras e suas obras. (XAVIER, 1998, p. 07).

Fernando de Azevedo assume a responsabilidade intelectual de lutar por uma educação que edificasse os indivíduos nos seus tempos e espaços. Para ele o Brasil teria considerações com o tradicional, buscando superar as suas mazelas e caminhar para o futuro moderno de uma grande nação civilizada. Dessa forma, os intelectuais que devem ser os operadores da cultura, seriam os responsáveis pela “produção de bens culturais” e da “formação de mentalidade através da atividade educativa”. Como essas considerações Fernando de Azevedo assume um posicionamento político com ações e “formulações decisivas nas renovações educacionais propostas especialmente durante a primeira metade da década de 1930” (XAVIER, 1998, p. 07).

A obra *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* [1943] e seu autor trazem uma nova significação à cultura nacional, fazendo ambos parte da “tradição do pensamento social brasileiro” (ROCHA, 2008, p 265-266). Há em Fernando de Azevedo concepções e sínteses diversas do Brasil República que merecem atenção historiográfica para compreender nosso contexto histórico e político do século XX. São nossas carências de orientação temporal que nos fazem pensar na importância da história enquanto ciência de orientação dos homens no tempo. Ao nos vermos diante de um autor possuidor e instrumentalizador da cultura histórica, nos deparamos com um intelectual de grande importância para a história da historiografia.

## **REFERÊNCIAS**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Fernando de Azevedo – Biografia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D181/biografia>. Acesso em: 01/05/2016.

AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura*. 3ª parte. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

\_\_\_\_\_. Os sistemas escolares. In: \_\_\_\_\_. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/USP, 1970. p. 138-149.

\_\_\_\_\_. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4 ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UNB, 1971.

\_\_\_\_\_. *Novos Caminhos e Novos Fins*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: editorial Presença, 1972.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAMARGO, Alexander. Fernando de Azevedo: Pioneiro na sociologia de Durkheim, o legado do autor na educação permanece vivo. *Revista de História* – online, 2009. Disponível em: <http://revistadehistoria.com.br/secao/arquivo-morto/fernando-de-azevedo>. Acesso em: 04/05/2016.

FERNANDO DE AZEVEDO – GLOSSÁRIO. *Revista Histedbr*, S/D. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_fernando\\_azevedo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm). Acesso em: 01/06/2016.

FERREIRA, Lenira Weil. *Fernando de Azevedo e os momentos constitutivos da História da Educação Brasileira*. 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982. p. 151-166.

GOMES, Wilson de Sousa. *As Representações do Imaginário Cristão: debate acerca da interpretação cristã sobre o “Banco do Capeta” em santa Fé de Goiás de 1970 a 1980*. 2005. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. As mentalidades: uma história ambígua. In: \_\_\_\_\_. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 68-79.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 419-471.

LIMA, Helena Ibiapina. Fernando de Azevedo e o Projeto Liberal de Educação. *Revista de Pedagogia*, Ano 2, número 5, Especial sobre Fernando de Azevedo, s/data.

MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

PILETTE, Nelson. Perfis de Mestres: Fernando de Azevedo. *Revista Estudos Avançados*, v. 8 n. 22, São Paulo, 1994.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. *Revista Brasileira de Educação*, V. 13, N. 38, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica*. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

SCHAFF, Adam. *Historia e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

XAVIER, Libânea Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. *Revista da Faculdade de Educação*, v.24, n 1, São Paulo: Scielo, 1998.